

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO DE 40.000 DEBÊNTURES  
SIMPLES DA 2ª EMISSÃO DA  
LEASING BMC S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL**

Pelo presente instrumento, (1) como **Emissora, LEASING BMC S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL**, companhia com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, à Alameda Araguaia nº 933, Unidade 54, Parte, Alphaville, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o N° 03.120.821/0001-50, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, (2) como **Agente Fiduciário**, nomeado nesta escritura e nela interveniente, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto desta escritura, **OLIVEIRA BASTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Avenida das Américas, nº 1.155, Grupo 1.301, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob N° 36.113.876/0001-91, vêm celebrar a presente Escritura de Emissão, mediante as seguintes cláusulas, condições e características:

**I - DA AUTORIZAÇÃO**

A Presente escritura é celebrada com base na autorização deliberada na Assembléia Geral Extraordinária da **Emissora**, realizada em 26 de junho de 1995.

**II - DO REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**

A emissão de debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante designada CVM, na forma das Leis N° 6.385 de 07.12.76 e N° 6.404 de 15.12.76, e demais disposições legais e regulamentares que se fizerem pertinentes.

**III - DOS REQUISITOS DE ARQUIVAMENTO E REGISTRO**

**1) Arquivamento da Ata da Assembléia Geral Extraordinária**

A ata da Assembléia Geral Extraordinária, que deliberou sobre a presente emissão de debêntures, será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

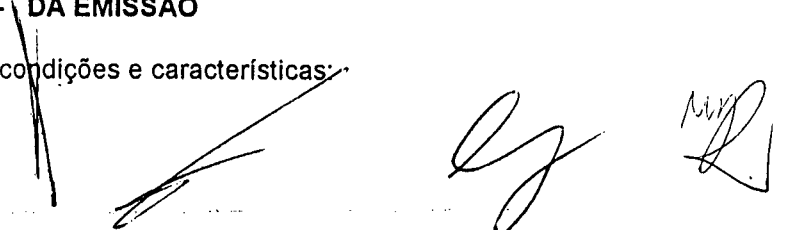
**2) Registro de Escritura:**

Esta Escritura de Emissão, por Instrumento Particular, será registrada no competente <sup>4º</sup> Cartório de Registro de Imóveis da sede da **Emissora**.

*de S.P.*

**IV - DA EMISSÃO**

I. A emissão observará as seguintes condições e características:



**1. Colocação e Procedimento** - O lançamento será público, com a consequente intermediação de Instituições Financeiras, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80.

**2. Quantidade e Valor Nominal:** A emissão será de 40.000 (quarenta mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), na data de emissão.

**3. Montante Total da Emissão:** R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), na data da emissão;

**4. Série:** A emissão será feita em série única;

**5. Negociação:** A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, conforme Instrução Normativa da Receita Federal nº 56/88.

**6. Do Agente Fiduciário:** Fica constituído e nomeado **Agente Fiduciário** para a emissão de debêntures da Companhia, a **OLIVEIRA BASTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, já qualificada no preâmbulo, o qual manifestou sua aceitação a tais funções.

Será devido ao **Agente Fiduciário** a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração paga da seguinte forma:

a) Parcelas anuais antecipadas de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) vencíveis a primeira no 1º (primeiro) dia do mês seguinte ao da obtenção do Registro na CVM, e as demais nos mesmos dias e mês dos anos subsequentes. A parcela de honorários vencível no último ano de vigência das debêntures, será calculada proporcionalmente, de acordo com o número de meses existentes entre a data de vencimento da referida parcela e a data de vencimento das debêntures objeto da presente emissão;

b) As parcelas serão remuneradas pela variação acumulada da TR (Taxa Referencial) divulgada pelo Sisbacen, data base dia 01, ou na falta desta, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo mesmo índice de atualização do valor da emissão de debêntures, a partir de 01/06/95 até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculadas "pro-rata" dia se necessário ou se pagas após o vencimento, mediante a utilização da TR do mês anterior;

c) As remunerações não incluem as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de **Agente Fiduciário**, a serem cobertas pela **Emissora**;

d) Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o **Agente Fiduciário** venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela **Emissora**. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo **Agente Fiduciário** enquanto

representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do **Agente Fiduciário** na hipótese da **Emissora** permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias.

e) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas na escritura de emissão;

f) As parcelas serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto sobre Serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de integração social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do **Agente Fiduciário**, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

## II. DO TÍTULO

As debêntures terão as seguintes condições e características:

1. **Forma** - As debêntures serão da forma nominativa, não endossável, não conversíveis em ações.

2. **Espécie** - As debêntures serão da espécie subordinada, preferindo apenas aos acionistas em caso de liquidação da **Emissora**.

3. **Data de Emissão**: A data de emissão das debêntures será 01/06/95.

4. **Data de Vencimento**: As debêntures vencerão em 01/12/97;

5. **Base de Remuneração**: A base de remuneração das debêntures, será o seu valor nominal, acrescido, a partir da data da emissão, da variação acumulada da TR - Taxa Referencial, divulgada pelo Banco Central do Brasil e seu produto agregar-se-á ao valor nominal, para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de emissão.

5.1. O cálculo da base de remuneração em datas intermediárias, ou seja, que não coincidam com o dia 1º (primeiro) de cada mês, será efetuado mediante a aplicação da variação "pró-rata-temporis" da TR.

5.2. Na hipótese de extinção da TR ou se, pela superveniência de normas legais ou regulamentares, esta não mais puder ser utilizada nas emissões das debêntures, ou, ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade nas aludidas emissões, o novo índice de base de remuneração será aquele que vier a ser aplicável aos contratos de arrendamento mercantil.

6. **Preço de Subscrição e Forma de Pagamento**: O preço de subscrição das debêntures, será o seu valor nominal remunerado na forma prevista no item 5 acima, acrescido de juros remuneratórios e prêmio, da data de emissão até a data de subscrição. O preço de subscrição será sempre pago à vista, no ato da subscrição.

**7. Juros Remuneratórios:** Às debêntures serão conferidos juros, à taxa fixa de 12% a.a. (doze por cento ao ano), considerado o ano de 360 (trezentos e sessenta) dias, acrescidos ao valor nominal remunerado na forma do item 5 desta cláusula.

**8. Prêmio:** A fim de adequar a rentabilidade das debêntures às condições de mercado, a **Emissora**, fixou para as debêntures, um prêmio de 6% a.a. (seis por cento ao ano), considerado o ano de 360 (trezentos e sessenta) dias, a ser acrescido aos juros remuneratórios.

**9. Amortizações Programadas:** As debêntures serão amortizadas de forma programada, observando o seguinte:

**9.1.** Caso a subscrição das debêntures ocorra no 1º (primeiro) dia útil de um mês do calendário, as amortizações serão realizadas a partir do 1º dia do mês subsequente ao mês da subscrição.

**9.2.** Caso a subscrição das debêntures não ocorra no 1º (primeiro) dia útil de um mês do calendário, as amortizações serão realizadas a partir do dia 1º (primeiro) do 2º (segundo) mês subsequente ao mês de subscrição.

**9.3.** As demais amortizações deverão ocorrer sempre no 1º (primeiro) dia útil de cada mês do calendário subsequente ao da primeira amortização.

**9.4.** As amortizações previstas neste item serão efetuadas de acordo com a seguinte fórmula:

$$PMT = [Ve \cdot (1 + i)^{d/30} \cdot i \cdot \frac{(1 + i)^{(N - n)}}{(1 + i)^{(N - n)} - 1}] \cdot AM$$

onde,

PMT = Valor do pagamento mensal.

Ve = Valor nominal na data de emissão

i = Taxa de juros remuneratórios mensal, somada ao prêmio, representada na forma decimal, ou seja, o equivalente a 18% ao ano descapitalizados por 12 meses

d = Número de dias corridos entre a data da emissão e o primeiro dia do mês anterior ao que ocorrer a 1ª amortização

N = Prazo total de emissão em número de meses

n = Número de meses desde o mês de emissão até o mês anterior ao da 1ª amortização

AM = Fator de remuneração do valor nominal referente ao mês de pagamento calculado pela variação da TR - Taxa Referencial estipulada para o 1º dia de cada mês, acumulada do mês da emissão até o mês anterior ao do pagamento.

Os valores individuais de principal e juros que compõem o PMT são obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:



I)  $P = \frac{PMT}{(1+i)^t}$  , onde

P = Valor do principal na data de cada pagamento remunerado na forma do item 5 desta Cláusula

t = Número de amortizações mensais a realizar, contado desde a amortização a que se refere o cálculo, até a última amortização

II)  $J = PMT - P$  , onde

J = Valor dos juros e prêmio na data de cada pagamento.

**10. Juros Moratórios:** Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros, prêmio e remuneração na forma prevista nos itens 5, 7 e 8 anteriores, bem como a juros de mora de 1% a.m (um por cento ao mês), calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

**11. Decadência dos Direitos aos Acréscimos:** Sem prejuízo do disposto no item 10 anterior, quaisquer obrigações pecuniárias decorrentes da emissão de que se trata, após a data de seus respectivos vencimentos, por quaisquer das condições ora estipuladas, não mais vencerão juros, prêmio e remuneração, assegurados os direitos adquiridos até as referidas datas.

**12. Local de Pagamento:** Os pagamentos referentes às amortizações e rendimentos a que fazem jus as debêntures serão efetuados pela **Emissora**, em sua sede ou ainda, em estabelecimento de instituição financeira contratada para tal fim.

**13. Prorrogação dos Prazos:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente da presente emissão, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo a qualquer título, aos valores a serem pagos.

**14. Publicidade:** Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas deverão ser veiculados, na forma de avisos, em jornais de grande circulação na cidade de São Paulo.

**15. Vencimento Antecipado:** O **Agente Fiduciário** poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela **Emissora** do valor nominal remunerado na forma do item 5 desta Cláusula, acrescido de juros e prêmio das debêntures em circulação, calculados exponencialmente por dias decorridos, deduzidas as amortizações já ocorridas, mediante carta protocolada com 10 (dez) dias de antecedência, na ocorrência dos seguintes eventos:

- a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a **Emissora**;
- b) decretação de liquidação da **Emissora**;
- c) falta de cumprimento pela **Emissora** de toda e qualquer obrigação relevante decorrente desta emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo **Agente Fiduciário**;

d) vencimento antecipado de qualquer dívida da **Emissora** em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da **Emissora** decorrentes da emissão.

**16. Resgate Antecipado Facultativo:** A **Emissora**, a seu critério, por deliberação do Conselho de Administração, poderá determinar, a qualquer tempo, a contar da data da subscrição das debêntures, o resgate antecipado das debêntures, mediante aviso publicado com antecedência de 30 (trinta) dias do evento, que deverá ocorrer sempre em datas coincidentes com o dia 1º (primeiro) do mês do calendário.

**16.1.** O resgate antecipado parcial será efetuado mediante sorteio.

**16.2.** As debêntures serão resgatadas pelo seu valor nominal remunerado, acrescido de juros e prêmio, deduzido o valor das amortizações até então ocorridas.

#### IV. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

##### 1. Fornecer ao **Agente Fiduciário**:

a) dentro de no máximo 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos financeiros completos, relativos a esse exercício social;

b) imediatamente, qualquer informação razoável que lhe venha a ser solicitada;

c) as informações pertinentes à Instrução CVM n. 202, de 06.12.93, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;

##### 2. A **Emissora** obriga-se, ainda a:

a) não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento de juros, principal e prêmio, das debêntures, objeto desta Escritura;

b) submeter, na forma da Lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;

c) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas, as Demonstrações Financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado;

d) manter em adequado funcionamento um departamento para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para prestação desse serviço.

## VI - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

O **Agente Fiduciário**, representará a comunhão dos titulares das debêntures perante a **Emissora**.

### 1. Substituição

Nas hipóteses de ausência ou impedimento temporário, renúncia, intervenção ou liquidação judicial ou extrajudicial ou falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas, para a escolha do novo **Agente Fiduciário**, a qual poderá ser convocada pelo próprio **Agente Fiduciário** a ser substituído, pela **Emissora**, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá a **Emissora** efetuar-lá, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo **Agente Fiduciário**.

1.1. - Na hipótese de não poder o **Agente Fiduciário** continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

1.2. - É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do **Agente Fiduciário** e à indicação de seu eventual substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim, mediante a aprovação de debenturistas representando a totalidade dos títulos em circulação.

1.3. - A substituição do **Agente Fiduciário** fica sujeita a comunicação prévia à CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º, da Instrução CVM n. 28, de 23.11.83 e eventuais normas posteriores.

1.4. - A substituição, em caráter permanente, do **Agente Fiduciário** deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser averbado no registro de Imóveis no qual foi registrada a mesma Escritura.

1.5. - O **Agente Fiduciário** entrará no exercício de suas funções a partir da data da lavratura da Escritura de emissão ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

1.6. - Aplicam-se às hipóteses de substituição do **Agente Fiduciário** as normas e preceitos a respeito baixados por ato da CVM.

## 2. Deveres do Agente Fiduciário:

Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do **Agente Fiduciário**:

a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;

b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais documentos e outros papéis relacionados ao exercício de suas funções, recebidos da **Emissora**;

d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na Escritura de emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

e) promover nos competentes órgãos, caso a **Emissora** não o faça, o registro da Escritura de emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;

f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas das modificações nas condições das debêntures;

h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos Distribuidores Cíveis, das Varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, e órgãos da Fazenda Pública, onde se localiza a sede da **Emissora**;

i) solicitar de forma fundamentada, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na **Emissora**;

j) convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a **Emissora** deve efetuar suas publicações;

k) comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

l) elaborar relatórios mensais destinados aos debenturistas, com as informações previstas no artigo 68, par. 1º, alínea "b" da Lei 6.404/76, consolidados em relatório anual;



m) colocar os relatórios mensais e o relatório anual de que trata a alínea anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de, respectivamente, 15 (quinze) dias do encerramento de cada mês e 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da **Emissora**, respectivamente, ao menos nos seguintes locais:

- m.1. na sede da **Emissora**;
- m.2. no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
- m.3. na CVM;
- m.4. nas instituições que lideraram a colocação das debêntures;

n) publicar, nos órgãos da Imprensa em que a **Emissora** deve efetuar suas publicações, e às expensas da **Emissora**, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea "m";

o) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 7 (sete) dias, de qualquer inadimplemento, pela **Emissora**, de obrigações assumidas, na Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM.

### 3. Atribuições do Agente Fiduciário:

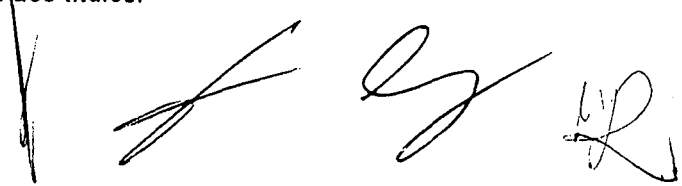
O **Agente Fiduciário** usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a **Emissora**, para proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, representando os mesmos em processos de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da **Emissora**, devendo ainda declarar, observadas as condições desta emissão, e em especial o disposto no item 15 desta Escritura, antecipadamente vencidas as debêntures, e cobrar seu principal e acessórios.

3.1. O exercício das atribuições do **Agente Fiduciário** previstas nesta Escritura, será sempre limitado por decisão em contrário da Assembléia de Debenturistas, tomada pelo "quorum" mínimo de 2/3 (dois terços) das debêntures em circulação.

### 4. Despesas do Agente Fiduciário:

A **Emissora** ressarcirá o **Agente Fiduciário** de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos.

4.1. O ressarcimento a que se refere este sub-item VI.4, será efetuado imediatamente após a entrega à **Emissora** dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos portadores dos títulos.



**4.2.** As despesas a que se refere este sub-item VI.4 compreenderão, inclusive, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto na Escritura, e outras que vierem ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoções e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

**4.3.** O crédito do **Agente Fiduciário**, por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do sub-item VI.4.1., será acrescido à dívida da **Emissora** e gozará das mesmas garantias das debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

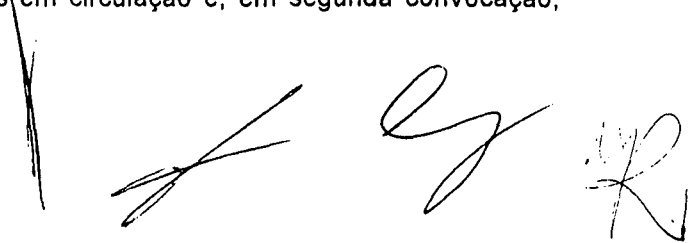
## **VII - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS**

**1.** Os titulares das debêntures deste emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

**2.** A Assembléia dos Debenturistas desta emissão poderá ser convocada pela **Emissora**, pelo **Agente Fiduciário** ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das debêntures em circulação.

**3.** Aplicar-se-á à Assembléia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei n. 6.404/76, sobre a assembléia geral de acionistas.

**4.** A Assembléia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.



5. A Assembléia poderá, pelo voto de titulares da metade, no mínimo, das debêntures em circulação, aprovar modificações nas condições das debêntures.

6. Será facultada a presença dos representantes legais da **Emissora** nas Assembléias dos Debenturistas.

7. O **Agente Fiduciário** deverá comparecer à Assembléia dos Debenturistas e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

#### VIII - DA RENÚNCIA

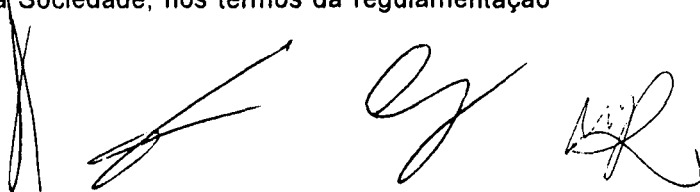
Não se presumirá a renúncia a quaisquer direitos decorrentes da presente Escritura, ainda que não venham, em qualquer ocasião, a ser exercidos.

#### IX - DELEGAÇÃO

1. Fica delegada ao Conselho de Administração da **Emissora** a deliberação, no que couber, sobre as condições das debêntures constantes dos incisos VI e VIII do Art. 59 da Lei n. 6.404/76, bem como os poderes para retificar as deliberações tomadas em decorrência de eventual exigência da CVM, respeitadas as condições gerais aqui estabelecidas.

2. Fica investida a Diretoria da Companhia dos poderes necessários para contratar instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários para proceder à colocação deste série da presente emissão de debêntures, bem como para indicar o **Agente Fiduciário** e fixar a respectiva remuneração.

3. Fica autorizada a Diretoria a solicitar, junto à Comissão de Valores Mobiliários, o pedido de Registro da Segunda Emissão de Debêntures da Sociedade, nos termos da regulamentação em vigor.



**X - FORO**

O Foro da presente Escritura será o da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura.

E, por estarem justos e contratados, assinam a presente em 04 (quatro) vias de igual teor e forma e para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que também a assinam.

São Paulo, 26 de junho de 1995

  
LEASING BMC S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL

  
OLIVEIRA BASTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E  
VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

escrit2/ita3

189 Ofício de Notas - BARRA DA TIJUCA - Notário: LUIS VITORIANO VIEIRA TEIXEIRA  
Av. Armando Lombardi, 949 1º 218/RJ - Tel. 493-1320 - Nº 45911

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) #  
CESAR REINALDO LEAL PINTO-86/80, #==

=====

Rio de Janeiro, 20 de Julho de 1995 as 14:33:18  
Em Testemunho da veracidade.

JORGE FONSECA - Notário Subst - MIA - 1

==== =33,48 - P/Firma 0,004 - P/Proc. Dado 0,04 - Total R\$1,56

